

ANC P.8

Política

Constituição custará 1,5 bilhão

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Se a Constituinte concluir seus trabalhos em abril, como se espera, a nova Constituição brasileira terá custado aos cofres públicos aproximadamente 1,5 bilhão de cruzados. É essa a estimativa que se pode fazer com base nos levantamentos da Diretoria Geral da Câmara dos Deputados, órgão incumbido da parte administrativa da Constituinte e que, de dois em dois meses, encaminha à Mesa da Assembléia Nacional um demonstrativo de despesas. O último, alcançando até o mês de outubro, registrava gastos gerais de Cz\$ 815.348.453,97. Mais da metade desse dinheiro, Cz\$ 474.572.949,01, foi gasto com serviços de processamento de dados. Para facilitar e dar velocidade aos trabalhos, todas as emendas passaram e continuam passando pelo Prodasen (o serviço de processamento de dados do Senado), seguindo dali prontas para impressão na gráfica do Senado.

O segundo maior item de despesa é com o pagamento das gratificações aos cerca de 500 funcionários da Câmara e outro tanto do Senado, que integram o grupo de apoio à Constituinte. A esses funcionários, que ficam à disposição da Constituinte todos os dias até as 23 horas, tendo muitos deles efetivamente trabalhado até mesmo aos sábados e domingos, foi pago um total de 160 milhões de cruzados, até outubro. Depois vêm gastos com publicações e impressos, da ordem de 82 milhões de cruzados.

Na verdade, as despesas com a Constituinte propriamente dita são menores, porque muitas delas, colocadas na conta da Assembléia Nacional teriam de ser feitas normalmente pelas duas Casas do Congresso. É o caso, por exemplo, da reformulação e ampliação do sistema de votação eletrônico, no plenário da Câmara, que até outubro custou 77 milhões de cruzados. Com ou sem Constituinte, esse serviço teria de ser feito para atender às necessidades da Câmara e do Congresso. Móveis e outros materiais que teriam de ser comprados pela Câmara foram também adquiridos por conta da verba especial da Constituinte.

A Assembléia Nacional não trouxe aumento de despesa com pagamento dos constituintes. Seus 559 integrantes estão recebendo seus subsídios normais de deputados e senadores. Com ou sem Constituinte, receberiam a mesma importância. Em dezembro, segundo contracheque exibido por um deputado (a remunera-

ção dos senadores é aproximadamente a mesma), cada constituinte recebeu Cz\$ 129.179,00 de subsídios, mais Cz\$ 102.617,00 de ajuda a título de "encargos de gabinete" e Cz\$ 120.706,00 como "auxílio-transporte", num total de Cz\$ 352.402,00.

Esse foi o total bruto. Sobre ele incidem alguns descontos, mas poucos: 10% dos subsídios vão para o Instituto de Previdência do Congresso e o Imposto de Renda é calculado apenas sobre a parte fixa dos subsídios, que é de Cz\$ 29.610,00. Fora isso, os parlamentares dispõem de franquia postal, telegráfica e telefônica até determinada quantia (em função da distância dos respectivos estados), de quatro passagens aéreas mensais de ida e volta aos seus estados, e de moradia em Brasília (apartamentos de 250 metros quadrados de área privativa). Para os poucos deputados que preferem não ter apartamento em Brasília, a Câmara concede "auxílio-habitação" na base de Cz\$ 61.000,00 mensais, para pagamento de hotel.

Para o primeiro-secretário da Câmara, deputado Paes de Andrade (PMDB-CE), a remuneração dos parlamentares "é até modesta, levando-se em conta que os deputados e senadores têm de manter uma segunda residência, e até escritórios nas suas cidades de origem, e têm despesas forçadas com eleitores e, de quatro em quatro anos, com dispendiosas campanhas eleitorais".

O deputado admite que o acúmulo de "auxílios" na remuneração não deveria ocorrer. Tanto que apresentou emenda ao projeto de Constituição determinando que aos deputados e senadores seja paga uma só remuneração, fixa, incidindo sobre ela o Imposto de Renda. "De qualquer modo — assinalou — o Poder Legislativo, como um todo, custa muito pouco ao País. Neste ano, suas despesas corresponderão a apenas 0,85% do orçamento da União, sendo 0,32% da Câmara e 0,33% do Senado."

Indagado sobre o que o Legislativo oferece ao contribuinte, que arca com essas despesas, o primeiro secretário da Câmara respondeu: "Antes e acima de tudo, o contribuinte tem a garantia de um regime de democracia e liberdade, de respeito aos direitos humanos, pois onde não existe Parlamento também não existe liberdade nem democracia. Se o País gasta 0,82% do seu orçamento para ter um Poder Legislativo, sem dúvida gastaria muito mais sem ele, porque então não haveria nenhum freio ou controle para os gastos de um governo ditatorial.

Alencar Monteiro 12/387
Benedita da SilvaJamil Iamul
Lula da Silva

Vida melhor para os operários constituintes

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A mudança de salário afetou pouco a vida de Luiz Inácio Lula da Silva (PT/SP), que, embora recebendo atualmente cerca de dez vezes seu antigo salário, manteve seu estilo de vida, lembrando que não há comparação entre o que recebe um deputado e a renda média da população brasileira, que é muito baixa. Lula afirma que uma grande parte dos parlamentares "pouco está se lixando com salário, porque tem muita gente rica na Constituinte". Ele lembra que já houve também denúncias de formas mais fáceis de enriquecimento na Constituinte.

Lula aponta um paradoxo: "Alguns poucos, que ganhavam em torno de cinco a 15 salários mínimos, sentem uma enorme diferença. Mas a maioria desses poucos tem compromissos populares, seja com movimento sindical, seja com entidades de base e, se for dar um mínimo de assistência a esses movimentos, eu acho que ele não fica, por mês, com Cz\$ 50 mil".

É o que afirma também sua correligionária Benedita da Silva, a Benê (PT/RJ). Além dos 30% de seu salário descontados para o partido, ela contribui com 10% para o trabalho comunitário e paga o dízimo à sua Igreja, além de auxiliar a família, que é muito pobre.

A família é o ponto de reflexão de outra parlamentar pobre: Maria de Lourdes Abadia (PFL/DF), ex-professora primária e filha de jardineiro da Novacap, em Brasília. Ela diz que há

um conflito muito grande quando, de repente, uma pessoa pobre chega a parlamentar num país como o Brasil.

Maria de Lourdes analisa a questão sob dois aspectos: o primeiro é o sentimento de transitoriedade desses parlamentares, que não se deixam envolver com interesses contrários aos da população. Segundo ela, para um parlamentar pobre, o povo não é uma coisa abstrata não é número nem quantidade de votos. No povo, ela vê o rosto de sua família, o olhar de sua mãe que recebe aposentadoria de Cz\$ 2 mil que seu pai deixou: "Essa é a diferença. Eu não leio discurso". Afirma que esse compromisso visceral é muito mais forte que interesses partidários ou tentações materiais: "Quando já se viveu de salário mínimo, se tem moral para saber o que é salário mínimo".

Ela gosta de ser fotografada e compra muitos sapatos: "Sempre tive um sapato só". Quanto às fotografias, a explicação que encontra é que ainda precisará provar para si própria, no futuro, que um dia já foi deputada. "Na pobreza existe muito disso, de provar que já se foi bem na vida".

Para o operário Edmilson Valentim, que ganhava cinco salários mínimos e hoje contribui, para o seu partido, o PC do B, com 60% de tudo o que recebe, ser deputado constituinte representa apenas um outro campo de trabalho: "Sou militante do partido há anos. Antes atuava politicamente nas comissões de fábrica, hoje no Congresso, porque tenho essa tarefa a cumprir. Mudaram o local e o uniforme de trabalho, mas a luta é a mesma".